



SISEMJUN

Sindicato dos Servidores Públicos
Municipais de Juazeiro do Norte - CE

CARTA DOS LUTADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO SISEMJUN

Juazeiro do Norte – Ce, 08 de Janeiro de 2026

Esse ano teremos o desafio, desde as lutas locais, como as campanhas salariais, de acentuar nossa defesa da escola pública, dos direitos da comunidade escolar e da bandeira histórica de uma educação de qualidade com valorização dos trabalhadores.

Ainda sobrevive no país uma extrema direita com seu projeto autoritário, de patrulhamento dos professores em sala de aula, de ataques aos sindicatos e concessão da administração das escolas públicas pra iniciativa privada ou pra militares. Persiste também, entre lideranças do campo democrático, a insistência nas alianças com forças políticas que deram sustentação ao governo Bolsonaro e apoiam políticas impopulares.

A forte presença de fundações empresariais no MEC, como a Fundação Lemann, Instituto Natura, Fundação Itaú e outras, colocam a educação brasileira sob a lógica empresarial na gestão escolar, na orientação dos currículos e na formação docente.

O Arcabouço Fiscal aprovado em 2023 deu continuidade à política de teto de gastos e cortes dos investimentos nas áreas sociais. A proposta de Piso Salarial pros funcionários das escolas segue em passos lentos no Congresso Nacional e durante todo o ano de 2025 não houve avanço em alternativas para as baixas estimativas de reajuste no Piso do Magistério. Apesar de previsão constitucional, muitos entes federados ainda não implantaram os planos de carreira dos profissionais da educação básica não docentes.

Por isso, ocuparemos as ruas em 2026! Nos manifestaremos em paralisações, em greves, na imprensa e redes sociais para defender a educação pública com um programa radical que inclui: **1) Reajuste do Piso Salarial do Magistério com reposição da inflação e ganho real; 2) Tramitação em regime de urgência da proposta de criação do Piso Salarial Nacional para os Funcionários de escola; 3) Definição de ato de improbidade administrativa a omissão na implementação dos planos de carreira dos profissionais da educação, incluindo os não docentes; 4) Aplicação de 10% do PIB para a educação pública; 5) Repúdio à Reforma Administrativa; 6) Revogação do arcabouço fiscal, das contrarreformas de Temer e Bolsonaro; 7) Auditoria e Suspensão do Pagamento da Dívida Pública; 8) Fim da presença das fundações empresariais no MEC; 9) Fim da militarização das escolas públicas.**

Certos de contarmos com a colaboração de todos os lutadores por uma educação pública de qualidade, solicitamos manifestação de apoio às bandeiras de luta acima elencadas.